

Izabel Sadalla Grispino *

Em dezembro de 2002, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou as Estatísticas do Registro Civil, mostrando que entre 1990 e 2001 a taxa de mortalidade infantil diminuiu. Em 1991, os óbitos de crianças menores de 1 ano correspondiam a 11,2% do total de falecimentos registrados. Em 2000, caiu para 6,02%.

Pelo último Censo do IBGE, em 1991, para cada mil crianças nascidas vivas, 45,3 morriam antes de completar 1 ano de vida. Em 2000, esse índice, segundo o Censo, era de 29,6 óbitos para cada mil nascimentos.

Esse decréscimo poderia ter sido bem mais significativo. Quase 30 óbitos para cada mil nascimentos é um índice muito alto, quando comparado, nas mesmas condições, com os de países latino-americanos, como, por exemplo, o Chile, com 10,3.

Um fator positivo a ser considerado é a queda da mortalidade infantil ocorrida em regiões pobres do Nordeste. Em 1991, a proporção de menores de 1 ano no total de óbitos da região era de 14%. Em 2000, esse índice recuou para 6%.

Investir na melhoria das condições de vida das crianças, dos pais, criar planos de assistência básica, de incentivos à educação, são caminhos para a desnutrição. Uma pesquisa feita pela Pastoral da Criança da Igreja Católica, divulgada em 10 de dezembro de 2002, aponta como uma das principais causas da desnutrição infantil no País o analfabetismo das mães.

Estudo do IBGE – “Evolução e Perspectiva da Mortalidade Infantil no Brasil” – mostra que a maior escolaridade, entre as mulheres, é fator preponderante na saúde das crianças. Cada ano a mais de escolaridade média, entre elas, reduz em 15% o índice de mortalidade infantil. Esse estudo veio comprovar a correlação entre analfabetismo e falta de obediência às prescrições dadas pelos médicos às mães, também durante a gravidez.

A pesquisa da Pastoral da Criança – Saúde e Nutrição Infantil em Áreas Pobres do Norte e Nordeste do Brasil – abrangeu 1.528 crianças de zero a 5 anos, em três mil domicílios de 18 áreas rurais e urbanas. Foi feita em nove municípios tirados de uma lista de 32 com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Brasil.

Dentre as crianças pesquisadas, 8% apresentaram grau de desnutrição de moderado a grave, por estar abaixo do peso, e 16% eram portadoras de desnutrição crônica. Os pesquisadores encontraram 37,2% das mães e 45,9% dos pais analfabetos, sendo que apenas 35,6% das mães freqüentaram a escola de um a três anos.

A maioria das mães respondeu corretamente que o leite materno é um inibidor de doenças infecciosas em crianças de até 6 meses de vida, mas a maior parte confirmou que deu água (81,6%), chás (73,2%), sucos (73,2%) e leite em pó (50,2%) no primeiro mês de vida. Foi alto o índice de crianças alcançado pelo esquema de vacinação de massa (85%). A falta de alfabetização da mãe é fator forte para desnutrição, conclui o estudo.

Há uma opinião generalizada de que educação é a primeira necessidade do homem, depois do pão. Porém, como vimos, a educação vem junto ao pão, caminham paralelamente, concepção fortemente referendada por pesquisas científicas.

Sentimos a importância da educação na solução dos sérios problemas brasileiros. As políticas sociais têm relação com a educação. A educação é o elo que integra todos os programas, quer sociais, quer governamentais, não importando em que área.

Os dados do IBGE apontam o analfabetismo como entrave à reversão da mortalidade infantil. A Pastoral da Criança propõe ao governo Lula combate reforçado ao analfabetismo.

O combate ao analfabetismo deve ser uma séria prioridade governamental. Estudo divulgado pelo Inep – Mapa do Analfabetismo no Brasil – apresenta um panorama da educação de todos os municípios brasileiros. Esse estudo reúne indicadores produzidos em 2000 pelo IBGE, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Paud) e pelo Inep. Revela que o Brasil possui cerca de 16 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais e 30 milhões de analfabetos funcionais, pessoas que têm menos de 4 anos de estudo. O mapa do analfabetismo fornece informações para reflexão, subsidiando a formulação de políticas públicas e privadas na área

da educação.

Para tentar erradicar o analfabetismo, no período de 4 anos, o Brasil precisaria de cerca de 200 mil alfabetizadores. Os analistas do sistema educacional consideram um número, que embora alto, não é inviável, principalmente pelo fato de as matrículas de 1.^a à 4.^a série no ensino fundamental estarem em queda, vagando salas e professores.

Um fator que merece preocupação é a capacitação do alfabetizador e a formulação de programas de qualidade. Como lembra Paulo Freire, alfabetizar não é apenas ensinar o b, a, bá, é dar ao alfabetizando uma visão de mundo, fazê-lo alcançar uma interpretação crítica dos fatos, desenvolver uma consciência pessoal e social.

A improvisação, em educação, só gera fracasso. O que se nota, no Brasil como um todo, é um baixo desempenho do sistema escolar, especialmente das camadas pobres da população, onde o analfabetismo chega a ser 20 vezes maior. Em apenas 19 municípios brasileiros, a população possui mais de 8 anos de estudo, um índice que corresponde às 8 séries do ensino fundamental. Em outros 1.796 municípios do País, a escolarização média da população é inferior a 4 séries concluídas. Quadro realmente preocupante!

* **Supervisora de ensino aposentada.** □□□□□□□□ □
(Publicado em junho/2003)